

Afinal o Castelo de Pedrógão sempre existiu...

Pedrógão e o projecto afonsino da Reconquista Cristã

Há praticamente três décadas que Pedrógão Grande e o Vale do Zêzere nos têm entusiasmado para o seu melhor conhecimento e divulgação; investigando, acompanhando e aprendendo com quantos outros estudiosos que sobre os seus territórios e gentes se têm pronunciado.

Depois de ainda termos passado quase duas décadas pela direcção e presidência da Casa de Pedrógão Grande, em Lisboa, foi-nos possível produzir uma breve obra escrita sobre a realidade local¹, em grande parte suscitada pela favorável comparação com outras terras, aldeias, histórias e vivências, que o conhecimento do país nos suscitou ao longo de consecutivas viagens profissionais e turísticas, em que a região do Vale do Zêzere aparecia desfavorecida pela sua falta de promoção e divulgação, pois em termos de património, história e belezas – a nosso ver - em muito suplantava outras de maior fama e proveito.

¹ Vide os seguintes trabalhos do autor: “Pedrógão Grande e o Cabril, de encantos mil”, ed. CMPG, 2018; “Uzbert e a Herdade de Pedrógão na Linha de Defesa Sul do Condado Portucalense”, ed. de autor, 2021.

Assim acontece em concreto quando comparada a Vila de Pedrógão Grande com algumas outras que, desde há 20 anos para cá, integram o programa das Aldeias Históricas de Portugal e que só a incompetência e inércia autárquica impediu que a mesma não fosse candidatada e pudesse vir a beneficiar dos meios financeiros então disponíveis para a sua reabilitação patrimonial e, mais do que merecida, promoção turística.

Incompetência, desleixo e falta de cultura que, mais recentemente, permanece com a não candidatura do Centro Histórico de Pedrógão Grande ao programa da Rede dos Castelos e Muralhas do Mondego, como Linha de Defesa Sul do Condado Portucalense, onde Pedrógão se integra por direito próprio desde 1135, quando D. Afonso Henriques se decidiu por doar a “Herdade de Pedrogão” a Uzbert – o então Senhor de Miranda do Corvo – e a dois outros cavaleiros da sua inteira confiança: Fernando Martiniz e Monioni Martiniz.

Houve já a possibilidade de expor esta matéria sobre tese que antes publicámos² quanto ao aparecimento e formação de Pedrógão Grande em 1135, em simultâneo com a clarividente decisão do nosso primeiro rei em fundar o castelo de Leiria, reconstruir Miranda do Corvo e - a oriente dos cumes da Serra da Lousã - povoar a região do Vale do Zêzere e de Pedrógão Grande que, sob a denominação de “Herdade de Pedrógão”, confina com os domínios crúzios de Alvares e Góis.

Embora não existam evidências escritas quanto à construção de um castelo em Pedrógão Grande, é um facto claro que a decisão régia de doar essa Herdade de Pedrógão visava estabelecer a leste um ponto avançado de vigilância e defesa do Condado Portucalense que melhor pudesse assegurar a Afonso Henriques condições para avançar sobre as praças fortes de Santarém e Lisboa, evitando eventuais ataques de surpresa pelos flancos dos territórios a oriente, ainda que aí os rios Unhais e Zêzere e os vales das suas ribeiras (de Mega, Pera e Sinhel) desempenhassem uma boa defesa natural contra eventuais investidas mouriscas vindas do sul e sudeste da Península Ibérica.

A doação em 1135 da Herdade de Pedrógão aparece claramente no âmbito de um projecto de prevenção e defesa territorial da nova capital do Reino (transferida quatro anos antes de Guimarães para Coimbra), pelo que é admissível crer que também ao longo dos seus domínios tenham sido reforçadas outras antigas defesas (v.g., o Castelo Velho ou Monte dos Milagres, a Atalaia da ribeira de Noudel e o Castelo do Vale da Armunha) e – sobre um conjunto selecionado de volumosos e roliços penhascos (penedos) – tenha sido levantada uma nova fortaleza, em concreto no ponto mais alto onde hoje se ergue a Vila de Pedrógão Grande (no denominado sítio do “Penedo” ou da “Torre do Relógio”).

O castelo roqueiro da Herdade de Pedrógão

² “Uzbert e a Herdade de Pedrógão...”, ed. de autor, 2021

Esta sucinta avaliação dos textos e factos históricos contraria a ideia de alguns outros autores de “não existirem quaisquer referências nem vestígios de muralhas defensivas”³ na área da Herdade de Pedrógão.

Na verdade, uma cuidada interpretação dos textos autênticos produzidos sobre a época afonsina, e em relação com o seu projecto bélico de expansão para Sul, a par de uma observação mais atenta do casco urbano da Vila de Pedrógão Grande e da sua evolução a partir dos Séc. XV-XVI em redor do cume do “Penedo”, necessariamente que indiciava a existência local de uma pequena fortaleza roqueira de apoio aos cavaleiros donatários e às populações locais.

Mas se dúvidas existiam, as mesmas dissiparam-se com a nossa recente aquisição⁴ de um edifício antigo na Rua Direita⁵ da Vila de Pedrógão Grande, em cujo retrós – porque adossado à antiga muralha - reapareceram partes da estrutura em granito e da torre medieval contígua, cuja derrocada ocorreu - como existe notícia⁶ - no dia de Entrudo de 1871.

Na posse desse edifício, foi-nos possível de imediato promover a um conjunto de diligências, as quais, a partir das suas lojas térreas, evidenciaram a base de uma possível torre da época medieval, com cerca de 4,5 metros de frente (largura), a qual, no piso superior, sob espesso reboco de cimento, escondia outros importantes cunhais graníticos, muitos com 0,80 m X 0,50 m, que se prolongavam na vertical (em altura) por cerca de mais 4,0 metros.

Esta circunstância faz-nos crer estarmos perante uma expressiva torre medieval - com cerca de 7,0 metros de altura por 4,5 metros de largura -, o que justificou pela nossa parte, no sentido de uma melhor avaliação desses achados arqueológicos, um pedido formal de visita e avaliação técnica por parte da Direcção Regional de Cultura do Centro (DRCC).

Os trabalhos arqueológicos

A realidade de que partimos, ao nível do 1º andar habitacional (2º piso) do edifício, consistia de paredes totalmente rebocadas e pintadas de ocre, pelo que tivemos de proceder ao seu descasque, com remoção das argamassas e materiais estranhos (tijolos, etc.), que escondiam as antigas paredes e rochas originais, vindo a revelar-nos uma antiga lareira inserida numa cavidade da rocha e um armário de parede com as dimensões de 1,1 m (altura) X 0,9 m (largura).

Este armário situava-se a cerca de 0,50 m acima do chão da cozinha, incrustado na parede da citada torre, com cerca de 0,25 m de fundo e dispondo de um reboco claro, aparentemente à base de areão e cal.

É possível admitir que, ainda que instalado assimetricamente no vão entre cunhais (quinais), esse armário tenha sido implantado no espaço de uma antiga porta de acesso ao interior oco dessa torre, erguida no remate (ponto de encontro) das muralhas viradas a sul e poente.

³ “Igreja Matriz de Pedrógão Grande (Inserção no Espaço Urbano)”, José Costa Santos, edição CMPG, 1997, a págs. 31

⁴ Adquirido pelo autor em Dezembro de 2021.

⁵ Actualmente denominada Rua da Estação Velha, que liga o Adro da Igreja Matriz ao Largo de S. Pedro (ou Largo da Restauração), ao fundo da Vila.

⁶ “Monografia de Pedrógão Grande”, de José Costa Santos, ed. CMPG;1985, a págs. 81. Vide também Acta da CM de 3 de Novembro de 1871, relativa à reconstrução dessa torre.

Em termos lógicos, na ausência de bases escritas que o fundamentem, é crível que tenha sido no sítio do “Penedo” – o ponto mais alto da Vila – que em Pedrógão Grande o fiel cavaleiro Uzbert (Senhor do vizinho Castelo de Miranda do Corvo) tenha erguido um outro “castelo roqueiro”, assente sobre as grossas rochas graníticas que o local evidencia, à semelhança do que aconteceu em outros pontos do país, como no castelejo inicial de Penela e nos castelos de Aguiar, Monsanto da Beira, Penha Garcia, Penas Róias (Miranda do Douro), Moreira de Rei (Trancoso), etc.

Certo é também que, se o posterior avanço de Afonso Henriques e a sua rápida conquista dos castelos de Santarém, Sintra e Lisboa tornou a região de Pedrógão menos importante do ponto de vista defensivo e estratégico, nada no entanto nos impede que possamos admitir que este pequeno castelo roqueiro do “Penedo” possa ter sido munido de uma ou mais torres de defesa e vigilância.

Desta realidade, contudo, só em finais do Séc. XIX se veio a ter conhecimento, após o desmoronamento de uma torre, no centro da Vila, no sítio do Penedo, a qual ruiu no Dia de Entrudo de 1871, e logo foi reerguida nas proximidades em finais do ano seguinte, a acreditar em **Acta camarária de 3 de Novembro de 1872**, em que a sua reconstrução foi adjudicada por 400 réis a um pedroguense - Bernardino António Jacinto⁷ – radicado no vizinho concelho da Sertã.



⁷ Tio do Dr. José Jacinto Nunes. Vide, do autor, a obra *“Por Montes e Vales - As Escolas Móveis e o republicanismo no Vale do Zêzere”*, ed. Villa Isaura, 2020, pp. 134-136.

As evidências do Castelo de Uzbert

Perante tal derrocada e por, à semelhança do que sucedeu em outros Centros Históricos por esse país fora, em que às muralhas tradicionais foram sendo adossadas habitações particulares, logo se nos reforçou a convicção de que nas traseiras dessas casas pudessem existir as primitivas muralhas da Vila de Pedrógão Grande pelo que designadamente sobre o livro “Uzbert e a Herdade de Pedrógão”, propusemos à Câmara Municipal que promovesse à aquisição dos vários edifícios devolutos ao longo da Rua da Estação Velha (Rua Direita), com vista às prospecções mais adequadas para a comprovação da realidade que proclamamos.

E a verdade é que, depois de uma prévia visita a um desses edifícios devolutos na Rua Direita, em que nos dissimulámos de potencial comprador do imóvel à venda, foi possível melhor alicerçar essa nossa convicção de que nas fundações do prédio subsistiam rochas (penedos) de apreciável dimensão e os indícios de uma primitiva muralha defensiva, a qual se estende para os imóveis contíguos, **como o desenho junto o procura demonstrar**. Por isso, só nos resta aguardar que arqueólogos qualificados o possam confirmar por via de insistentes e rigorosas (novas) investigações.

Mas ainda que até hoje se tenham revelado infrutíferas as nossas propostas de investigação junto das entidades oficiais (DRCC e CMPG), não esmorece a nossa convicção quanto às vantagens que tais diligências e essa descoberta podem acrescentar para a candidatura de Pedrógão Grande ao programa da Rede dos Castelos e Muralhas do Mondego (gerido através da CCDRC) e para o desenvolvimento e promoção cultural e turística da região do Vale do Zêzere.

Explicações para a sua ocultação

Se é verdade que mesmo um historiador pedroguense – com reconhecida experiência em trabalhos arqueológicos no concelho - afirmou sem reboço “não existirem quaisquer referências nem vestígios de muralhas defensivas”⁸ na área da Herdade de Pedrógão, a verdade é que a mais vasta e conceituada bibliografia portuguesa sobre a matéria não faz também qualquer menção ao Castelo de Pedrógão (ou Castelo do Penedo)⁹.

A explicação para esta realidade assenta sobretudo na perda da importância estratégica da região do Vale do Mondego logo que, a partir de 1147, as tropas de Afonso Henriques se apoderaram de Santarém e Lisboa e, pouco depois, a nova fronteira do reino (Condado Portucalense) se move para a linha do Tejo, com o aparecimento de novas e sólidas fortificações como, designadamente, Pombal (1156), Tomar (1160), Cardiga (1169) e Almourol (1171) e, já após a morte do rei, pelo arrojo templário, Belver (1212), Rodão (Açafa, 1199) e Castelo Branco (1214-1230).

⁸ “Igreja Matriz de Pedrógão Grande (Inserção no Espaço Urbano)”, de José Costa Santos, edição CMPG, 1997, a págs. 31

⁹ A menção a um denominado Castelo do Zêzere terá sempre a ver com fortificação erguida na foz deste rio, quando aí encontra o Tejo, na zona de Punhete (a a actual vila de Constância).

A partir daí, e durante o século subsequente, prosseguirá o processo de conquista das terras de Além-Tejo aos mouros, com a tomada de Palmela (1158-1165), Sesimbra (1165-1199), Évora (1166), Alcácer do Sal (1158); e, com a absorção paulatina das praças do Vale do Guadiana, em 1249 – já no reinado de D. Afonso III de Portugal – consumir-se-á a posse do Algarve, com a definitiva conquista de Faro, até então sob domínio do califado almóada.

Com a passagem também, nesse mesmo ano, do domínio mouro de Sevilha para a esfera castelhana, as preocupações dos monarcas portugueses passam a centrar-se prioritariamente na definição e controlo da fronteira com os reinos vizinhos de Leão e Castela, como sucederá por exemplo em 1297 – ao tempo de D. Dinis – com a celebração do Tratado de Alcanizes, que irá fixar os definitivos limites territoriais e a posse portuguesa das chamadas terras de Riba-Côa.

A partir de D. Dinis (que reinou de 1279 a 1325), as suas preocupações de defesa territorial passam efectivamente a centrar-se na reconstrução, ampliação e reforço dos castelos da Raia com Espanha, de Trás-os-Montes ao Algarve, pelo que as fortificações serranas no Centro do país, como - por exemplo – as de Pedrógão Grande, Seia, Côja, Arganil e Góis perdem a sua importância bélica e função de vigilância territorial (contra eventuais investidas mouras), e acabam por desaparecer com os tempos.

Assim terá acontecido em Pedrógão Grande que, após os Séc. XIV-XV, terá beneficiado de autorização régia para que os seus habitantes erguessem - adossadas às respectivas muralhas do castelo – casas para sua habitação, as quais ainda hoje se mantêm, exibindo algumas delas belas cantarias lavradas, que permitem avaliar da real expansão e melhoria urbana, favorecida por um crescente desafogo financeiro no período quinhentista, que fazem da Vila um dos mais genuínos e encantadores aglomerados medievais do país; demonstrado ainda por obras de embelezamento na sua Igreja Matriz (entre 1536 e 1555), dedicada a N^a S^a da Assunção, que contam com o labor do prestigiado escultor renascentista João de Ruão¹⁰.

A revelação final do achado

Esse expressivo crescimento urbano, porventura aliado a um possível aspecto mais escuro do conjunto edificado em alvenaria¹¹, poderá explicar que o escritor Miguel Leitão de Andrade nada nos diga - na sua “Miscelânea” de 1629 - sobre a existência de uma torre ou muralha de castelo no seio da vila, mas a verdade é que ela já então existia, vindo a ruir no dia de Entrudo de 1871.

A assumida importância dessa torre explica mesmo que a população e a então Autarquia se decidam por logo a reerguer, e no mesmo local, o que acontecerá no ano seguinte (1872). Contudo, nada será exactamente assim, pois a debilidade física da estrutura subsistente terá justificado que a nova torre

¹⁰ Vide, do autor, a obra “João de Ruão e o Retábulo da Igreja Matriz de Pedrógão Grande”, ed. Villa Isaura / Museu da República e Maçonaria, 2022.

¹¹ Na se pode ignorar que o reboco e a pintura só muitos anos mais tarde – por influência das migrações sazonais para o Sul e Borda d'Água - passarão a ser práticas generalizadas no revestimento exterior das habitações.

(do relógio) acabe por ser erguida em espaço contíguo, nas traseiras da ruína, e num ponto topográfico mais elevado¹².

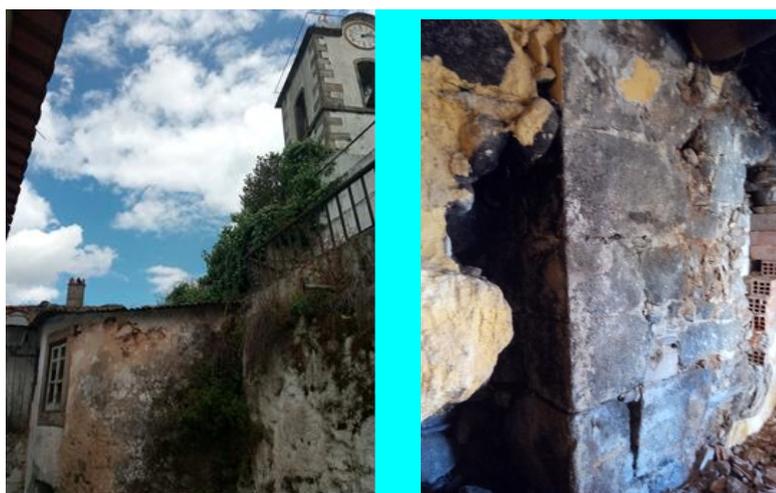
Admitimos que tal se tenha conseguido por negociação com os proprietários locais, possivelmente por permuta de terrenos, com cedência de um lote nas traseiras¹³ em troca de um lote na frente da torre em ruína¹⁴; onde acabará por ser levantado um novo edifício de dois andares que, com o respectivo telhado e uma altura superior a 7 metros, determinará a definitiva ocultação do pano da velha torre medieval (a Torre do Penedo).

Para mais, este pano de muralha, na parte superior que fica visível para o exterior (a poente), acabou por se confundir com um muro de suporte de terrenos e, com o tempo, por visualmente desaparecer, coberto pela hera (vegetação) que foi trepando e ganhando domínio sobre a parede e os cunhais existentes. Hoje, no seu topo, floresce mesmo uma viçosa laranjeira e o espaço envolvente serviu de quintal em que se cultivaram alguns mimos e hortos mais frequentes às necessidades alimentares dos donos da propriedade.

No interior do edifício, após finais do Séc. XIX, o pano de muralha e cunhais passam a ser rebocados e pintados a ocre, tal como os fomos encontrar em Janeiro de 2022, servindo de parede a extensa e modesta cozinha de ambiência claramente rural; que por detrás do reboco e tijolos escondia um antigo armário (ou porta) de apoio a todo o espaço.

Em resumo, podemos concluir que em Janeiro de 2022, século e meio após a derrocada (parcial) da velha torre medieval de Pedrógão Grande, foi possível descobrir o que de mais expressivo dela restou em pleno maciço granítico do "Penedo"; ou seja, permitindo-nos afirmar que o Castelo de Pedrógão" afinal sempre existiu, em pleno Centro Histórico da Vila, erguido sobre soberbos e roliços blocos graníticos que deram nome e fama ao seu morro mais elevado - "O Penedo" -, escolhido por Uzbert para nele instalar o seu castelo, com os seus primeiros meios (tropas) de defesa e vigilância do Reino.

A partir de agora, pois, apenas nos cabe aguardar a avalizada palavra de arqueólogos e historiadores...



¹² Correspondendo-lhe hoje, como número de polícia, o nº 6 da Travessa do Relógio

¹³ A que presentemente corresponde o nº 6 da Travessa do Relógio.

¹⁴ A que hoje corresponde o nº 10 da mesma Travessa do Relógio.

Ao nível do 2º piso, o cunhal (esquerdo) revela a imponência dos seus blocos graníticos, bem aparelhados e de apreciáveis dimensões (0,80 m X 0,50 m). Ao meio do pano de parede manifesta-se um expressivo armário, aberto em local onde outrora pode ter existido porta de acesso à torre.

